

25 anos do Instituto de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina: compartilhando conhecimentos, fortalecendo o controle externo

Daniela Fernanda Sbravati

Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2018). Mestre em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Graduada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2003). É professora efetiva da Secretaria Municipal da Educação de Florianópolis e atuou na Educação de Jovens e Adultos, como coordenadora do núcleo SUL II. Atualmente está à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, assessorando pedagogicamente o Icon.

Elisete Gesser Della Giustina Da Correggio

Doutora em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010). Especialista em Metodologia do Estudo da História pela Faculdade São Luís (1999). Especialista em Gestão Escolar (1999-2000) pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Especialista em Democracia Participativa, Organizações Populares pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006-2008). Graduada em História pela Universidade do Sul de Santa Catarina (1988). Graduada em Estudos Sociais pela Universidade do Sul de Santa Catarina (1987). Atualmente à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, assessorando pedagogicamente o Icon.

Resumo: Este relato de experiência compõe a abertura das comemorações dos 25 anos de atuação do Instituto de Contas do Tribunal de Contas de Santa Catarina (Icon-TCE/SC), destacando sua trajetória, principais ações e desafios futuros. A reflexão parte da proximidade do aniversário da instituição e busca analisar seu desenvolvimento institucional, suas práticas pedagógicas e sua contribuição para a qualificação de servidores do TCE/SC, de unidades jurisdicionadas e de profissionais de entidades sem fins lucrativos. O texto contextualiza a criação do Icon, seu plano anual de capacitação e pós-graduação, apresenta o programa TCE Sociedade e suas ações educativas, e encerra destacando projetos atuais, como a Educação de Jovens e Adultos para colaboradores terceirizados, e a preocupação com o futuro, alinhada às perspectivas pedagógicas das Escolas de Contas em todo o Brasil.

Palavras-chave: Escolas de Contas. Instituto de Contas. Educação. Capacitação.

Sumário: **1** Considerações iniciais – **2** Enfoque institucional – **3** Plano anual de capacitação e pós-graduação – **4** Cidadania em foco: o Programa TCE Sociedade – **5** Promovendo o acesso à educação para todas as pessoas – **6** Atuação em rede – **7** Considerações finais – Referências

1 Considerações iniciais

As transformações vivenciadas pela sociedade perpassam a Administração Pública e provocam a necessidade de adequações nos serviços prestados à população. Nessa perspectiva, uma das estratégias utilizadas é a de oferecer educação continuada aos servidores públicos, o que é possível, no caso dos Tribunais de Contas, por meio das Escolas de Contas.

A ação pedagógica das Escolas de Contas visa ao aprimoramento das competências de técnicos(as), de órgãos jurisdicionados e da sociedade, fortalecendo o papel preventivo e orientativo, além do controle social (Chaise; Bergue e Carvalho, 2015). De acordo com a Constituição Federal do Brasil (art. 39, §2º), a União, os Estados e o Distrito Federal mantêm escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos (Brasil, 2015), integrando o sistema de Educação Corporativa, cujo objetivo é a excelência na gestão pública. As ações educativas realizadas têm como finalidade alinhar as estratégias da instituição com as competências individuais dos servidores (Freire; Silva; Bresolin, 2021; Freire *et al.*, 2021). Dessa forma, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), por meio do Icon, sua escola de governo, cumpre função formativa com foco nos servidores e nos jurisdicionados.

Com o propósito de apresentar o Icon, nos marcos históricos que compreendem o ano 2000 até 2025, escrevemos este relato, composto por enfoque institucional da escola, Plano de Capacitação Anual e Pós-Graduação, Programa TCE Sociedade, projeto de Educação de Jovens e Adultos para colaboradores e atuação em rede.

2 Enfoque institucional

A criação do Icon-TCE/SC, denominado historicamente de Icon, está fundamentada no art. 127 da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, e regulamentada pela Resolução nº TC-0108/2015. Possui reconhecimento de instituição de ensino junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE) para oferta de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*. Constitui órgão integrante da estrutura organizacional do Tribunal de Contas, vinculado ao gabinete da presidência. Suas atribuições são planejar e coordenar cursos de formação profissional, de treinamento, de atualização e de pós-graduação, em especial para as servidoras e os servidores do Tribunal. Além disso, realiza estudos, seminários e palestras, com o objetivo de disseminar e de criar técnicas para o controle da gestão pública.

Em termos geográficos, localiza-se na Rua Bulcão Viana, 90, região central da cidade de Florianópolis, Santa Catarina. Funciona no 1º andar do Bloco A do Tribunal de Contas, no entorno da Praça Tancredo Neves (Praça dos Três Poderes), junto ao Tribunal de Justiça e à Assembleia Legislativa.

A atuação do Icon abrange o estado de Santa Catarina nas suas especificidades regionais e municipais, pois a população catarinense possui origem, costumes e atividades econômicas diversas. A região que corresponde ao atual Estado de Santa Catarina era habitada inicialmente por indígenas de origem Xokleng, Kaingang e Guarani, e foi posteriormente colonizada por portugueses no século XVII, a partir do litoral. No período colonial, a mão de obra escravizada foi amplamente utilizada, concentrando-se principalmente em regiões portuárias, tais como Desterro, atual Florianópolis. Houve também, ao longo do século XIX, incentivo à imigração italiana e alemã. Santa Catarina constituiu-se a partir da diversidade cultural e econômica de seus povos, não sem tensões, conflitos e disputas territoriais (Santos, 1998). O Estado abriga importantes centros urbanos e destinos turísticos, além de ser um polo industrial e agrícola no cenário brasileiro. A sede da Escola de Contas reforça a orientação de, a partir da capital do Estado, atender às demandas e às expectativas de capacitação e de qualificação em todos os segmentos da Administração Pública estadual e municipal.

A estrutura organizacional do Icon inclui uma Biblioteca, denominada “Conselheiro Nereu Correa”, que conta com um acervo de obras impressas e eletrônicas. O acervo abrange publicações oficiais do TCE/SC e de outros órgãos públicos; materiais comerciais e de entidades especializadas em controle externo no Brasil e no mundo; produção intelectual de membros e de servidores da Instituição; e periódicos. Há também um ambiente virtual, com obras disponíveis para *download*, inclusive no formato *e-book*. A produção intelectual — científica, acadêmica, técnica e artística — é constituída de livros, de capítulos de livros, de artigos em periódicos e em eventos, de teses de doutorado, de relatório de pós-doutoramento, de dissertações de mestrado, de trabalhos de conclusão de cursos de especialização e de graduação. O acesso à biblioteca e a consulta ao acervo são abertos ao público em geral.

Com especialidade na área jurídica, a biblioteca oferece informações em doutrina e legislação, necessárias ao apoio das atividades fiscalizatórias e administrativas do TCE/SC e da sociedade. Além disso, é importante destacar a aquisição de novos livros que acompanham debates importantes, promovidos pelas comissões que integram o Comitê de Equidade, Diversidade e Inclusão (CTEDI). Títulos voltados para as questões étnico-raciais e de diversidade sexual e de gênero, por exemplo, compõem uma estante localizada na sala de estudos, espaço onde ocorrem duas importantes iniciativas: o Clube do Livro Antirracista, promovido bimestralmente pela Comissão de Fomento à Abordagem racial (CPFAR), e o grupo de estudos da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero (CDSG), promovido mensalmente pela mesma comissão. Ambas as atividades contam com a parceria do Icon.

3 Plano anual de capacitação e pós-graduação

As atividades de capacitação ofertadas ocorrem na modalidade presencial, híbrida e *online*. O público de interesse constitui-se principalmente dos membros e servidores do TCE/SC, das unidades jurisdicionadas, de profissionais de entidades sem fins lucrativos que desempenhem atividades correlatas ao controle da Administração Pública e da sociedade civil.

A fim de realizar o processo formativo de acordo com as necessidades das diretorias, é feito anualmente um levantamento interno para identificar as demandas de capacitação. As ações são detalhadas no Plano Anual de Capacitação, alinhadas ao Planejamento Estratégico do TCE-SC e visam a atender aos oito objetivos estratégicos estabelecidos, a saber: (i) fortalecer a confiança no TCE/SC por meio de decisões que aumentem a percepção dos benefícios para a sociedade; (ii) contribuir para a qualidade e a efetividade das políticas públicas, visando a atender, de forma efetiva, às necessidades da sociedade; (iii) assegurar a confiabilidade das contas públicas e a sustentabilidade fiscal, por meio da aferição da exatidão das informações contábeis, orçamentárias, financeiras e patrimoniais dos jurisdicionados e da ação, de forma proativa, para garantir o equilíbrio das finanças públicas; (iv) induzir a governança e a sustentabilidade dos negócios governamentais, contribuindo para o fortalecimento do ambiente de investimentos públicos e privados no Estado; (v) fortalecer a comunicação e o acesso à informação, a partir do desenvolvimento de estratégias para uma comunicação didática, objetiva, simples e inclusiva, com foco nas pessoas que recebem as informações; e também a partir da facilitação do acesso, do entendimento e do uso do conteúdo produzido pelo TCE/SC; (vi) estimular o controle social e a participação cidadã no controle da gestão pública, por meio da divulgação de conteúdos; (vii) implementar métodos de fiscalização baseados em dados e em tecnologias para otimizar as ações de controle, os processos e os procedimentos; (viii) fomentar o aprimoramento profissional, a qualidade de vida e a realização pessoal de quem trabalha no TCE/SC, por meio do reconhecimento e da valorização de talentos, do incentivo à capacitação contínua, do estímulo à criatividade e da facilitação do desenvolvimento individual e coletivo.

A elaboração do plano baseia-se na identificação das demandas de capacitação dos membros e servidores, por meio de reunião com todas as diretorias e aplicação de questionário. Desde o ano de 2024, as ações são agrupadas e organizadas em nove eixos temáticos: Análise de Dados, Auditoria, Gestão Sustentável e Cidadania Ativa, Direito e Legislação, Finanças Públicas, Excelência e Eficácia na Prestação de Serviços Públicos, Gestão da Inovação e do Conhecimento, Comunicação e Interlocução e Tecnologia da Informação (TI).

A execução do Plano de Capacitação dá-se por meio da contratação de especialistas externos nos temas em questão ou por meio do quadro de instrutores

composto por servidores do próprio Tribunal. De outro modo, é possível contratar cursos prontos e/ou efetuar o pagamento das despesas de participação em eventos, quando estes forem importantes para a qualificação do trabalho dos servidores.

De acordo com a Resolução nº TC-0180/2021, art. 2, “O Programa de Capacitação poderá ser realizado de forma direta ou indireta, por meio de congressos, seminários, simpósios, treinamentos, fóruns, encontros, jornadas, oficinas, *workshops*, cursos de formação, aperfeiçoamento, graduação complementar, pós-graduação, certificação profissional, atividades de pesquisa e extensão ou outros eventos congêneres”.

Entre as finalidades do Icon, consta: oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu*, atualização, capacitação e aperfeiçoamento de profissionais, estimular o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo e disseminar conhecimento técnico e científico.

Nessa perspectiva, destaca-se a oferta do curso de especialização em “Controle Público”, em 2014, com o objetivo de formar especialistas capazes de identificar situações que denotem o descumprimento dos princípios da legalidade, da economicidade e da legitimidade no uso de recursos públicos. O projeto pedagógico do curso valorizou a atuação preventiva e o aumento dos níveis de qualidade e de produtividade da Administração Pública. O próximo curso de especialização será em “Políticas Públicas e Governança” e encontra-se em fase de organização.

Além disso, o Icon mantém convênios com a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para a inserção de seus servidores/as na Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em áreas pertinentes aos trabalhos do TCE/SC.

De acordo com o seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), o processo de construção de conhecimento não se faz de forma linear e harmônica, portanto a negociação é fundamental, especialmente porque envolve a coletividade. Como integrante de um sistema de educação corporativa, o Icon considera a importância da pluralidade de ideias e da diversidade cultural. Sua cultura de aprendizagem é constituída a partir dos diferentes sujeitos que a compõem e busca refletir acerca do papel que cada um assume no processo educativo. Servidores, que são também instrutores/docentes, precisam planejar suas aulas, levando em consideração os diferentes públicos que atendem. Da mesma forma, servidores e estudantes devem assumir papel ativo na sua própria formação, saindo da zona confortável de quem apenas recebe informações. É nesse sentido que é possível e necessário produzir conhecimentos que levem em consideração demandas práticas do cotidiano laboral. Para tanto, é fundamental fazer a articulação de diferentes áreas, pois os conhecimentos técnicos inerentes ao trabalho realizado pelo controle externo só fazem sentido quando são factíveis e têm implicação na vida dos cidadãos brasileiros, de diferentes classes sociais, raças e gêneros.

Na política de ensino do Icon, a formação é entendida como um processo gradual e cumulativo, constituindo-se em fator de mudança interna e externa, e em contraponto a um tipo de educação tradicional que tem como foco a memorização de conteúdo. As estratégias precisam ser constantemente modificadas, inventadas e reconceitualizadas, de modo a atender às especificidades de cada nova experiência de ensino. Ensinar é um ato dialógico e para que seja efetivo é preciso interação e reciprocidade (hooks, 2017).

A produção de conhecimento é resultado de uma construção humana coletiva, que pode ser facilitada a partir de encontros formativos democráticos, nos quais as pessoas se sintam estimuladas e responsáveis por construir em conjunto. Nesse sentido, conforme aponta Leite (1994), o processo de produção do conhecimento deve se pautar, sobretudo, na socialização e na democratização do saber.

A formação deve ser integral, pois, para além das especificidades inerentes à função de cada servidor, existem temas que se referem às relações humanas, e sua compreensão é necessária para a prestação de serviço público de qualidade. Os diferentes grupos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem são agentes de transformação social a partir da consciência crítica, do comportamento ético e da atuação assertiva em prol da coletividade e do pleno exercício da cidadania. Trata-se de uma formação continuada que visa ao fortalecimento da prestação pública assentada na defesa da dignidade humana, na diversidade cultural (que constitui a formação da sociedade), no pensamento crítico e nos enfrentamentos das desigualdades sociais.

O Icon compartilha uma perspectiva pedagógica crítica, reflexiva, questionadora e emancipatória, que articula a teoria e a prática, priorizando o saber fazer. Assim, é necessário manter permanente estado de reflexão e construção coletiva.

Entende-se que o processo educativo deve se efetivar na contramão de uma concepção alienante e reprodutivista, promovendo ações integradas e democráticas. Nessa direção, o Icon busca oferecer possibilidades de formação humana, articulando a relação entre as práticas educativas e a sociedade em geral. Ao estruturar ações para que a escola desenvolva propostas a partir da sua intencionalidade — formação de servidores/cidadãos participativos, responsáveis, críticos e criativos —, exprime um compromisso social.

Suas ações constituem-se a partir de abordagens que privilegiam o ensino para adultos, desenvolvendo métodos, estratégias e recursos de ensino mais adequados para o seu aprendizado, considerando suas necessidades, interesses, experiências e conhecimentos anteriores (PDI, 2022). Uma questão importante é a contínua qualificação daqueles que atuam como instrutores ou docentes nos cursos ofertados, seja para servidores internos ou jurisdicionados. O processo de aprendizagem deve ser dialógico e ativo, sendo a troca de experiências e conhecimentos elemento fundamental.

No intuito de qualificar o amplo trabalho realizado pelo Icon, compreende-se que a autoavaliação é uma importante ferramenta, que possibilita refletir, repensar e refazer (quando necessário) os caminhos que constituem o processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, é necessário priorizar os momentos avaliativos por meio da aplicação de questionários, da realização de reuniões e de rodas de conversa. Avaliar é parte fundamental de todo processo de ensino e aprendizagem. É o que permite o movimento, a transformação e o pleno atendimento dos objetivos.

Por meio dos cursos já oferecidos e daqueles que pretende oferecer, o Icon reforça e viabiliza o compromisso de promover educação para o desenvolvimento das pessoas no ambiente organizacional. Também, a partir da oferta de formações aos municípios de Santa Catarina, amplia a interação com a sociedade, cumprindo seu papel orientador.

4 Cidadania em foco: o Programa TCE Sociedade

O programa foi criado pela Portaria nº TC-0626/2015, com o objetivo de “ampliar as oportunidades de interação do TCE/SC com a sociedade, promovendo um processo de influência recíproca em favor do exercício da cidadania, da operação do controle social e da elevação da qualidade do controle externo e dos resultados da gestão pública”. Envolve diferentes segmentos e é composto por três ações, que deverão estar alinhadas aos objetivos estratégicos institucionais e priorizar valores como a ética, a transparência, o acesso à informação e a eficiência no controle dos gastos públicos, assim denominadas: Portas Abertas, TCE na Escola e Cidadania Ativa.

4.1 Ação Portas Abertas

Tem a finalidade de aproximar o TCE/SC da sociedade e abrir espaço para a interação com seus públicos estratégicos, permitindo que estudantes, agentes públicos e representantes da sociedade civil conheçam a missão, as competências, a composição, a estrutura e as atividades desenvolvidas pela instituição, além do impacto dos seus resultados para o bem-estar social. A ação constitui-se de visita guiada nas dependências do Tribunal, enfatizando seus aspectos históricos e palestra sobre suas formas de atuação.

4.2 Ação TCE na Escola

A partir dessa ação, o TCE/SC interage com a comunidade escolar — educadores, alunos e familiares — de Santa Catarina e busca articular esforços no âmbito da educação para a cidadania e do estímulo à formação de novos cidadãos para o exercício social. Criada em 2010, a ação teve como objetivo fomentar

o interesse das novas gerações por fiscalizar o uso dos recursos entregues aos governos na forma de impostos. Por meio de concurso de redação, alguns temas foram contemplados: “Tribunal de Contas: orientar e fiscalizar a aplicação do dinheiro público em favor da sociedade”, “O papel do Tribunal de Contas e do cidadão no combate ao desperdício do dinheiro público”, “Corrupção: e eu com isso?” e “Transparência e Cidadania”.

4.3 Ação Cidadania Ativa

A ação Cidadania Ativa do TCE/SC é uma iniciativa que visa a fortalecer o controle social sobre a gestão pública, promovendo a participação cidadã e a interação com o controle externo exercido pelo Tribunal. Essa ação busca capacitar cidadãos, agentes públicos e representantes de organizações da sociedade civil para atuarem como agentes de controle social, por meio de eventos e atividades que compartilham conhecimentos sobre a Administração Pública e os resultados da fiscalização.

4.3.1 Ciclo de Estudos de controle público da Administração Municipal

O Ciclo de Estudos é um projeto educacional anual promovido pelo TCE/SC, que visa a fortalecer a interação com a sociedade. O objetivo é estreitar a relação entre o órgão fiscalizador e os agentes públicos, capacitando servidores e gestores para que, em conjunto, realizem o controle social do dinheiro público e promovam o bem-estar dos cidadãos beneficiados pelas políticas públicas.

Coordenado pelo Icon, o projeto conta com a parceria das associações de municípios catarinenses, da Federação Catarinense de Municípios (Fecam) e da União de Vereadores (UVESC). Com caráter preventivo e educativo, o Ciclo busca disseminar orientações sobre a legislação vigente, promover boas práticas e criar um espaço de diálogo entre os responsáveis pela fiscalização e aqueles que aplicam os recursos públicos. Isso contribui para a melhoria da gestão pública e para a qualidade dos serviços prestados à população.

Ao realizar o Ciclo de Estudos, o TCE/SC fortalece a fiscalização e aprimora a Administração Pública, proporcionando maior transparência, eficiência e responsabilidade entre os gestores. Essa iniciativa está alinhada aos princípios dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), que busca construir instituições públicas mais eficazes, responsáveis e transparentes, além de incentivar boas práticas na gestão pública.

O Ciclo proporciona um importante espaço de diálogo, aproximando o TCE/SC de seus jurisdicionados e contribuindo para o aprimoramento da gestão dos recursos públicos. Além disso, fortalece o controle social e a boa governança, desempenhando

um papel fundamental no apoio à população. A iniciativa busca intensificar a aproximação do órgão de fiscalização com os agentes públicos dos 295 municípios catarinenses, a partir da disseminação de orientações e de boas práticas para o aperfeiçoamento da Administração Pública.

A ação conquistou o terceiro lugar no Prêmio Abel 2025. O Prêmio da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (ABEL) busca incentivar a excelência na educação legislativa, promovendo a cidadania e o fortalecimento democrático, por meio da qualificação dos servidores e da interação com a sociedade. Ressalta-se que ações como essa favorecem o reconhecimento da Corte de Contas, até 2030, como o Tribunal da Governança Pública Catarinense.

4.3.2 Diálogos com novos gestores

O projeto teve como propósito capacitar lideranças estaduais e municipais em áreas estratégicas, contribuindo diretamente para o desenvolvimento local e para o aprimoramento das políticas e serviços públicos no Brasil.

Em sua primeira edição, realizada em 2025, o projeto foi implementado nos municípios de Chapecó, Joaçaba, Lages, Joinville, Timbó, Criciúma e Florianópolis. A iniciativa teve como foco a conscientização de novos gestores municipais catarinenses, incentivando uma gestão pública mais eficiente, responsável e assertiva.

O principal objetivo foi prepará-los para enfrentar os desafios iniciais da Administração Pública, com ênfase nos cuidados essenciais que impactam diretamente áreas sensíveis, como as políticas públicas e a responsabilidade fiscal, especialmente no primeiro ano de mandato.

4.3.3 Seminário Estadual Fundeb

Os conselheiros de políticas públicas desempenham um papel crucial na promoção da participação cidadã e na construção de políticas públicas mais eficazes e justas. Nesse sentido, ciente de que atuam como representantes da sociedade civil e do poder público em espaços de discussão e decisão, em 2023, o TCE realizou o Seminário Estadual sobre o Fundeb, organizado pelo Icon, com o objetivo principal de orientar conselheiros municipais da educação e do Fundeb, bem como secretários municipais, acerca do funcionamento do fundo e das ferramentas disponíveis para o controle social.

O seminário também teve como finalidade promover a interação entre os participantes, por meio da apresentação de boas práticas na gestão educacional e debates sobre temas relevantes para o setor. Entre os assuntos abordados, destacaram-se o funcionamento e as principais características do Fundeb e as ferramentas de apoio ao controle social da educação.

Essa iniciativa representou uma importante ação de cidadania ativa, fortalecendo a participação da sociedade no acompanhamento e na fiscalização dos recursos destinados à educação, na prestação de contas, no parecer anual e na apresentação do PAINEL do FUNDEB Estadual.

5 Promovendo o acesso à educação para todas as pessoas

Considerando que a Educação é um direito de todas as pessoas, em qualquer tempo da vida, compreendemos a importância de possibilitar aos colaboradores deste Tribunal a conclusão de seus estudos. Muitos desses profissionais trabalham na instituição há mais de uma década e, embora tivessem os conhecimentos necessários para obtenção do Ensino Fundamental, até o ano de 2024 não o haviam acessado de maneira formal, por esbarrarem em incompatibilidades com suas rotinas laborais e outras urgências da vida. Essas pessoas precisaram de apoio e incentivo para adentrarem nesse universo da Educação Básica ou até mesmo retornarem para ele, na condição de pessoas adultas e trabalhadoras.

O Icon incluiu os colaboradores terceirizados nas demandas por qualificação profissional, sendo a abertura da turma de Educação de Jovens e Adultos, nas dependências da Escola de Contas, uma iniciativa nesse sentido. A viabilidade desta ação tornou-se possível em parceria com a Secretaria Municipal da Educação de Florianópolis (SME), responsável pela oferta da Educação Básica no município.

Ficou ao encargo da SME a parte pedagógica e ao encargo do Icon a disponibilização do espaço e a organização dos estudos no horário de trabalho. Fizemos uma busca ativa por profissionais terceirizados que não tinham o Ensino Fundamental, resultando em torno de 20 (vinte) pessoas que demonstraram interesse em concluir seus estudos. A maioria relatou que há muito tempo tinha esse desejo e necessidade, entretanto não havia sido possível conciliar com as rotinas de trabalho e obrigações familiares.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei nº 9.394/1996), Seção V, art. 37: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Trata-se de pessoas que carregam consigo diversos conhecimentos oriundos de experiências profissionais e de vida. Nesse contexto, o art. 41 desta mesma lei complementa que “O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos”. Dessa forma, foram levados em conta os conhecimentos prévios que constituem a história dessas pessoas trabalhadoras-estudantes.

O acesso à escolaridade é um direito, porém é preciso viabilizar condições para que seja exercido. O Icon, juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, criou

as condições necessárias à abertura de turma de Educação de Jovens e Adultos nas dependências do TCE/SC. Dessa forma, contamos com profissionais mais qualificados, o que também reverte na melhoria do serviço prestado e em cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres, críticos do seu papel social.

Os trabalhos com a turma de EJA tiveram início em abril de 2024, e a conclusão aconteceu em dezembro desse mesmo ano, com cerimônia de formatura. Dezesseis trabalhadores/estudantes concluíram o Ensino Fundamental e celebraram essa importante conquista juntamente com suas famílias, que estiveram presentes no evento.

No intuito de dar continuidade à oferta de escolaridade aos colaboradores terceirizados do TCE/SC que ainda não tinham Ensino Médio, foi firmado convênio com a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, possibilitando o atendimento daqueles que concluíram o Ensino Fundamental no ano anterior e de outras pessoas interessadas. A Turma do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), com oferta de Ensino Médio, iniciou suas atividades no mês de fevereiro de 2025.

Construir espaços que possibilitem a continuidade de estudos é uma iniciativa que se alinha ao objetivo estratégico de fomentar o aprimoramento profissional, a qualidade de vida e a realização pessoal de quem trabalha no TCE/SC, incentivando e facilitando o desenvolvimento individual e coletivo.

6 Atuação em rede

O Icon objetiva alcançar um lugar propositivo e de reconhecimento do seu importante papel pedagógico e de qualificação profissional dos servidores e demais públicos envolvidos. No seu processo de construção de uma identidade (interna e externa), necessita de trabalho coletivo, colaborativo, atuando como agente de transformação e disseminação do conhecimento, sendo reconhecido como instituição de referência de capacitação.

Fazer parte de várias redes permite construir relações de confiança, solidariedade e corresponsabilidade, elementos essenciais para qualquer iniciativa de transformação social. Em tempos de incertezas, essas conexões tornam-se ainda mais valiosas, pois oferecem suporte mútuo e resiliência coletiva.

Nessa perspectiva, nos últimos anos, com o objetivo de reforçar o seu papel pedagógico no fortalecimento do controle social e da gestão pública, o Icon passou a integrar redes de organizações, visando a ampliar o impacto das ações, permitindo o intercâmbio de conhecimentos, experiências e boas práticas entre diferentes atores. Atualmente, integra a estrutura organizacional do Instituto Rui Barbosa (IRB), por meio do Comitê Técnico de Aperfeiçoamento Profissional, a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL) e o grupo das Escolas de Governo.

O Comitê Técnico de Aperfeiçoamento Profissional do IRB é responsável pela coordenação da Rede das Escolas de Contas – Reducontas. De acordo com suas diretrizes, há o estabelecimento das seguintes ações: (i) acompanhamento do banco de talentos e do portal de cursos das Escolas de Contas; (ii) auxílio na Rede Nacional de Compras Públicas com indicação de professores de licitação para participar da Rede; (iii) acompanhar o Termo de Adesão à Escola Virtual de Governo, e (iv) a elaboração de uma trilha de formação do auditor de controle externo.

Em 23 de novembro de 2022, foi oferecido, pelo Comitê, a oficina de “Modelagem do Projeto Político-Pedagógico das Escolas de Contas”, na sede do Instituto Serzedello Corrêa, Escola de Gestão do Tribunal de Contas da União (TCU). A oficina, voltada aos Conselheiros, dirigentes e servidores das Escolas de Contas, abordou o conceito, objetivos e as características do Projeto Político-Pedagógico (PPP), documento que estabelece as diretrizes das atividades educacionais, essencial ao planejamento das práticas didático-pedagógicas, visando a acompanhar e mensurar o impacto das atividades desenvolvidas (IRB, 2022).

No ano seguinte, em 24 de maio, foi realizada uma segunda oficina, com foco no plano de ensino-aprendizagem de disciplinas e cursos. Houve exposição teórica do conteúdo, seguida de atividade prática para aplicação dos conhecimentos compartilhados. A parte expositiva baseou-se em cinco temas: planejar e educar; objetivos instrucionais; domínio cognitivo; avaliação do desempenho do aluno; e metodologias ativas de ensino e aprendizagem. As ações foram conduzidas por professores da Universidade de São Paulo (USP) e da Rede de Escolas de Contas. Representantes do Icon estiveram presentes nos dois momentos formativos (IRB, 2023). A partir dessas oficinas iniciou-se a construção do PPP da Escola de Contas do TCE/SC, enfatizando seu importante papel na qualificação do processo de ensino e aprendizagem e reforçando seu viés educacional.

A Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL) é uma sociedade civil e sem fins lucrativos que congrega escolas, centros de treinamento, institutos de estudos e pesquisa e entidades afins vinculadas ao Poder Legislativo brasileiro, nos níveis federal, estadual e municipal, incluindo também nesse universo as escolas dos Tribunais de Contas.

Considerando que as escolas legislativas e de contas têm um papel fundamental na promoção da educação para a cidadania no Brasil e que a ABEL tem como um dos objetivos fortalecer programas de educação para cidadania desenvolvidos pelas escolas, como forma de apoio às comunidades e à sociedade civil, a filiação à instituição representa uma decisão estratégica e, ao mesmo tempo, um posicionamento político e institucional diante dos desafios contemporâneos. Em um cenário no qual as transformações sociais, econômicas e ambientais exigem respostas coletivas, estar vinculado a uma rede organizada amplia significativamente a capacidade de atuação e de impacto.

Ainda, no âmbito da articulação em rede, houve a aproximação com as oito Escolas de Governo de Santa Catarina. Embora ainda seja uma articulação inicial, configurada como grupos de trabalho, com a realização de reuniões e encontros, presenciais ou virtuais, a ação favorece o planejamento conjunto, o compartilhamento de experiências e a definição de estratégias de ação integradas. Diferentes organizações e atores em um ambiente de diálogo e corresponsabilidade reforçam a identidade coletiva e a construção de caminhos compartilhados.

Ademais, por meio de associação, de termos de convênio e de trabalhos em grupos, é possível fortalecer vínculos com outras organizações, acessar conhecimentos especializados, participar de debates estratégicos e somar esforços em iniciativas conjuntas. Além disso, a atuação em rede amplia a visibilidade institucional, fortalece a representatividade e possibilita maior incidência em políticas públicas, fóruns de decisão e espaços de diálogo com diferentes setores da sociedade.

O Icon busca, a partir de suas ações, ampliar sua visibilidade e o seu reconhecimento enquanto um espaço educativo. No entanto, segue o desafio de construir e consolidar sua identidade institucional, ampliando sua atuação pedagógica tanto dentro do TCE/SC quanto na sociedade, reafirmando seu importante papel na formação continuada de servidores, jurisdicionados e da sociedade em geral.

7 Considerações finais

Ao completar 25 anos de atuação, o Icon atua na promoção da educação cidadã e da qualificação técnica voltada ao controle e à gestão pública. Como é possível observar, as Escolas de Governo têm função essencialmente pedagógica e formativa e as atividades de aperfeiçoamento nelas desenvolvidas têm como foco o aprimoramento profissional e pessoal dos servidores.

Nesse sentido, percebe-se que o Icon, ao longo de sua história, buscou seus objetivos de aprendizagem e se propõe a repensá-los, visando à constante melhoria da gestão pública, considerando uma formação integral de aprendentes/estudantes, que atuem de forma ética e colaborativa. Sua trajetória evidencia um compromisso contínuo com a formação de servidores, jurisdicionados e representantes da sociedade civil, por meio de práticas pedagógicas inovadoras, programas de capacitação e projetos com foco na inclusão e no fortalecimento institucional. Iniciativas como o TCE Sociedade demonstram a capacidade do Icon de articular conhecimento técnico e responsabilidade social.

Ao planejar os próximos passos, leva em consideração o desafio de construir e consolidar sua identidade institucional, reafirmando sua vocação formadora e seu alinhamento com as diretrizes nacionais das Escolas de Contas.

25 Years of the Institute of Accounts, of the Court of Accounts of the State of Santa Catarina: Sharing Knowledge, Strengthening External Control

Abstract: This paper discusses the role of the Instituto de Contas of the Tribunal de Contas de Santa Catarina (Icon-TCE/SC), hereafter referred to as Icon. It inaugurates the celebrations of the Institute's 25th anniversary by highlighting its trajectory, key initiatives, and future challenges. The reflection is prompted by the institution's upcoming milestone and seeks to analyze its institutional development, pedagogical practices, and contributions to the professional qualification of TCE/SC staff, personnel from audited entities, and nonprofit professionals. The text contextualizes Icon's creation, outlines its annual training and postgraduate plan, introduces the TCE Sociedade program and its educational activities, and concludes by emphasizing current projects—such as the Educação de Jovens e Adultos (Youth and Adult Education) program for outsourced workers—and its forward-looking vision, aligned with the pedagogical frameworks of Courts of Accounts Schools nationwide.

Keywords: Schools of Accounts. Instituto de Contas. Education. Professional Development.

Referências

CHAISE, Rosa Maria; BERGUE, Sandro Trescastro; CARVALHO, Sérgio Lino. Escolas de Governo: o papel pedagógico dos Tribunais de Contas e os impactos da Gestão Pública. *Revista TCE-RJ*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 76-99, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://revista.tcerj.tc.br/sintese/article/view/176/172>. Acesso: 15 jul. 2025.

FREIRE, Patrícia de Sá; SILVA, Talita Caetano; BRESOLIN, Graziela Grando. *Gestão da Universidade Corporativa em Rede*. v. 2. Florianópolis: Arquétipos, 2021. (Coleção Universidade Corporativa em Rede: da teoria à prática andragógica).

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO RUI BARBOSA, 2022. Disponível em: <https://irbcontas.org.br/modelagem-do-projeto-politico-pedagogico-nas-escolas-de-contas-e-desenvolvido-em-oficina-realizada-por-comite-tecnico-do-irb/>. Acesso em: 15 de julho de 2025.

INSTITUTO RUI BARBOSA, 2023. Disponível em: <https://irbcontas.org.br/comite-tecnico-de-aperfeicoamento-profissional-do-irb-realiza-oficina-com-foco-no-plano-de-ensino-aprendizagem/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

INSTITUTO RUI BARBOSA. Disponível em: <https://irbcontas.org.br/comites/comite-tecnico-de-aperfeicoamento-profissional>. Acesso em: 14 jul. 2025.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Pedagogia de projetos intervenção no presente. *Presença Pedagógica*, v. 2, n. 8, p. 25-33, 1994.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI). Instituto de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2022 – 2025. Mimeografado.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP). Instituto de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2024.

SANTA CATARINA. *Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000*. Institui a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e adota outras providências. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 15 dez. 2000.

SANTA CATARINA. *Resolução nº TC-0108/2015*.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*. 4. ed. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1998.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SBRAVATI, Daniela Fernanda; CORREGGIO, Elisete Gesser Della Giustina Da. 25 anos do Instituto de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina: compartilhando conhecimentos, fortalecendo o controle externo. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – RTCE/SC*, Belo Horizonte, ano 3, n. 5, p. 13-27, maio/out. 2025. DOI: 10.52028/tce-sc.v03.i05.ART.01.SC
